

UCHOA, Mendonça

* magistrado; min. STJ 1887-1890; min. STF 1891-1892.

Inácio José de Mendonça Uchoa nasceu na província de Alagoas em 9 de janeiro de 1820, filho de Jacinto Pais de Mendonça e de Ana Joaquina de Mendonça Uchoa.

Formou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de Olinda em 1844 e no ano seguinte iniciou a carreira na magistratura como promotor público da localidade de Penedo, no extremo sul da província alagoana. Em dezembro de 1846 foi nomeado juiz municipal e de órfãos dos termos reunidos de Anadia, Poxim e Palmeira, e em março de 1848 foi removido para os termos de Alagoas, Santa Luzia do Norte e São Miguel, todos na mesma província. Em setembro de 1855 foi nomeado juiz de direito da comarca de Flores, em Pernambuco, e no ano seguinte foi removido novamente para Anadia. No mesmo ano assumiu a segunda vice-presidência da província de Alagoas em substituição ao titular do cargo, que fora eleito deputado pela província de Pernambuco. Como vice-presidente presidiu eleições provinciais marcadas por conflitos. Retornou à judicatura em 1858.

Em 1873 foi nomeado desembargador da Relação de Porto Alegre, sendo dali removido para a Relação de São Paulo em julho de 1876. Na Relação paulista, ocupou o cargo de procurador da coroa, soberania e fazenda nacional, a partir de maio de 1886. Em novembro de 1887, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal de Justiça do Império, na vaga proveniente da aposentadoria de Luís Antônio Barbosa d'Almeida. Após a proclamação da República, seguiu para o Supremo Tribunal Federal (STF), tribunal constitucional criado em outubro de 1890 segundo o modelo da Suprema Corte norte-americana e instalado em fevereiro de 1891. Permaneceu, contudo, pouco mais de um ano na corte, sendo aposentado em março de 1892 no contexto da reforma realizada pelo governo Floriano Peixoto com o objetivo de afastar os juízes oriundos do antigo tribunal superior da monarquia.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 24 de janeiro de 1910.

Era casado com Amélia Vieira de Mendonça Uchoa.

Eduardo Junqueira

FONTES: MATTOSO, P. *Supremo Tribunal* ; MELLO FILHO, J. *Notas; Relatório da Província de Alagoas, 1857. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u024/000086.html>*; RODRIGUES, L. *História*; SUP. TRIB. FED. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministros>>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM)

Instituição estabelecida em janeiro de 1909 com o nome de Escola Universitária Livre de Manaus. Foi sucessivamente chamada de Universidade de Manaus (1913), Universidade do Amazonas (1962) e Universidade Federal do Amazonas (2002).

TRAJETÓRIA

A partir de 1890, com a exploração da borracha, o estado do Amazonas conheceu um grande desenvolvimento econômico e financeiro, atraindo grandes investimentos estrangeiros, principalmente ingleses. A cidade de Manaus sofreu grandes transformações, com novas instalações portuárias e modernização do sistema de navegação, e com a implantação de novos sistemas de transporte urbano, de fornecimento de energia elétrica e de saneamento básico.

Dentro desse quadro de transformações, em dezembro de 1906 foi criado o Clube da Guarda Nacional do Amazonas, que visava ao desenvolvimento profissional de seus associados, dando-lhes acesso à arte da guerra e à formação militar. O clube, em 10 de novembro de 1908, criou a Escola Militar Prática do Amazonas. O ensino na escola seria constituído por dois cursos, o preparatório e o superior, visando ambos à instrução militar dos oficiais da Guarda Nacional e de outras milícias, assim como à formação de qualquer brasileiro. Cada curso teria duração de três anos. Seis dias após a criação da Escola Militar Prática, em 16 de novembro de 1908, a instituição foi transformada em Escola Livre de Instrução Militar do Amazonas, de modo a ganhar maior amplitude. Em 17 de janeiro do ano seguinte, a Escola Livre de Instrução Militar foi transformada em Escola Universitária Livre de Manaus, tendo como líder o tenente-coronel Joaquim Eulálio Gomes da Silva Chaves.

É importante lembrar que o ensino superior no Brasil teve início com a chegada da família real em 1808, quando foram instituídos em Salvador os cursos de cirurgia, anatomia e obstetrícia, origem da futura Faculdade de Medicina da Bahia. Ainda em 1808, foi criada

no Rio de Janeiro a Academia da Marinha, com cursos de cirurgia e anatomia para a formação de cirurgiões militares. Ao longo do período imperial, outras faculdades foram surgindo. Com a proclamação da República, foi criada uma ordem jurídica que contribuiu para o surgimento de instituições de ensino superior em diversos estados da Federação. Em três deles surgiram universidades, fora e à revelia do poder central: no Amazonas (1909), em São Paulo (1911) e no Paraná (1912). Em 1920 foi criada a Universidade do Rio de Janeiro. A Escola Universitária Livre de Manaus foi, portanto, a primeira universidade brasileira.

A nova instituição no Amazonas teve reconhecimento oficial no dia 8 de outubro de 1909. Faziam parte da estrutura da universidade a congregação, a diretoria, o conselho científico, o conselho de revista, o conselho disciplinar, a biblioteca e cinco faculdades: Faculdade Militar, Faculdade de Medicina, Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Faculdade de Engenharia e Faculdade de Ciências e Letras. O presidente do estado do Amazonas Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt assinou a Lei nº 601, considerando válidos no estado os títulos conferidos pela Escola Universitária Livre. Os cursos foram instalados em março de 1910.

Em 13 de julho de 1913, por decisão da congregação, a Escola Universitária Livre de Manaus passou a denominar-se Universidade de Manaus. A instituição era mantida pelo governo do estado, pelas doações financeiras de simples cidadãos e de grandes proprietários de seringais, bem como por subvenções dos municípios de Manaus, Maués, Parintins, Coari, Lábrea, Benjamin Constant, Manicoré, Humaitá e Codajás. De 1910 a 1914, a universidade concedeu grau a 56 alunos. Manaus possuía na época menos de 50 mil habitantes.

Com a crise da borracha na Amazônia, quando, incentivada pelos ingleses, se iniciaram as plantações na Malásia, Ceilão, Índia, Birmânia, Bornéu e Tailândia, a educação no estado do Amazonas também foi atingida. Em 1921, a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais se desvinculou da estrutura da Universidade de Manaus, dando início à sua desestruturação. A partir daí, outras faculdades foram sendo fechadas.

Em 1926, a própria universidade foi fechada, permanecendo como unidades isoladas de ensino superior a Escola Agrônômica de Manaus (antiga Faculdade de Engenharia), que seria extinta em 1943; a Faculdade de Farmácia e Odontologia (antiga Faculdade de Medicina), que seria extinta em 1944; e a Faculdade de Direito (antiga Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais).

A universidade foi recriada em 1962, de acordo com projeto do então deputado federal Artur Virgílio do Carmo Ribeiro Filho, com o nome de Universidade do Amazonas. Iniciava-se então uma nova etapa do desenvolvimento econômico e social da região amazônica. Em 1958, o presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) promulgara a Lei nº 3.173, de 6 de junho, criando a Zona Franca de Manaus, o que determinou a necessidade de pessoal qualificado de nível superior em diferentes áreas de conhecimento.

Em 20 de junho de 2002, o presidente da República Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) promulgou a Lei nº 10.468, que alterou o artigo 30 da Lei nº 4.069-A, de 12 de junho de 1962, e deu nova denominação à Universidade do Amazonas. A partir de então ela passou a se chamar Universidade Federal do Amazonas (UFAM), instituição de ensino superior, pesquisa e estudo em todos os ramos do saber e da divulgação científica, técnica e cultural.

Alzira Alves de Abreu

FONTES: BRITO, R. *100 anos*; FAVERO, M. *Universidade* (v.2).